

TEXTO 2

MÓDULO 2 - UMA ABORDAGEM SOCIAL DA DEMOCRACIA

Por que e como foi inventada a democracia: há uma explicação propriamente social para a questão? Qual seria uma abordagem da democracia compatível com mundos de alta interatividade (como os que, em certa medida, já estamos vivendo)?

MÓDULO 2

UMA ABORDAGEM SOCIAL DA DEMOCRACIA

Por que e como foi inventada a democracia: há uma explicação propriamente social para a questão? Qual seria uma abordagem da democracia compatível com mundos de alta interatividade (como os que, em certa medida, já estamos vivendo)?

ADVERTÊNCIA ANTES DE COMEÇAR A LEITURA

Todos os textos refletem as opiniões de seus autores. Isto vale, é claro, para o texto apresentado a seguir. Nenhuma pessoa é obrigada a concordar com as visões expostas aqui e nem será cobrada por saber reproduzir tais visões, que permanecem abertas à questionamentos de forma e conteúdo.

UMA ABORDAGEM SOCIAL DA DEMOCRACIA

Por que e como foi inventada a democracia? Até hoje os estudiosos têm imensa dificuldade de decifrar o que ocorreu. Não estabelecem as conexões necessárias e não reconhecem os padrões sem os quais não se pode desvendar o sentido das configurações coletivas que se constelaram. Não há, portanto, uma compreensão propriamente social do surgimento da democracia. Ou, quando há, é uma lástima: tomam por social aquilo que diz respeito às condições de vida (em geral de sobrevivência) das populações e não à fenomenologia da interação, quer dizer, o fluxo da convivência social.

Alguns pensadores do século passado conseguiram captar o "gene" (ou o meme) original democrático - como John Dewey, Hannah Arendt e Humberto Maturana (entre outros; poder-se-ia citar também Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e Amartya Sen) - mas a maioria dos teóricos da política ficaram presos aos esquemas explicativos da modernidade que replicavam visões em que o social era uma espécie de epifenômeno (na verdade, para a maioria deles só existiam os indivíduos, o mercado e o Estado) e, assim, não conseguiram perceber os condicionamentos recíprocos entre o padrão (social) de organização e modo (político) de regulação.

Ora, do ponto de vista social, a democracia é um erro no *script* da Matrix. Não se explica de outra maneira. Não era necessária. Nem foi o resultado de qualquer "evolução" social. Não surgiu dos interesses privatizantes de

alguma corporação. Surgiu em uma cidade no mesmo momento em que nela se conformou um espaço público.

Os teóricos políticos do século passado, porém, não podiam se conformar com isso. Viciados na ideia (ou no esquema explicativo) de determinação de uma superestrutura por uma estrutura (um velho vício de raiz iluminista difundido pelo marxismo), queriam sempre surpreender o que está debaixo do pano, queriam desvendar a máquina que estaria por trás do que acontece na vida fenomênica. Dessarte, por não encontrar o mecanismo oculto (em geral econômico, como acreditam) que estaria determinando uma nova criação política, suas análises não foram (e ainda não são, posto que esses teóricos remanescem no século atual) capazes de revelar que estamos diante de um esgotamento da democracia dos modernos e da possibilidade de emergência de uma nova democracia. Há, ademais, um problema de pressupostos.

Os analistas políticos, em sua maioria, pensam a partir de um conjunto de pressupostos, raramente discutidos porquanto tomados como verdades evidentes por si mesmas: o primeiro deles é que o ser humano é inerentemente competitivo (postulado largamente falsificado pelas evidências e, portanto, impossível de ser sustentado pela ciência, tendo *status* semelhante ao de uma crença de natureza religiosa) e faz escolhas racionais tentando maximizar a satisfação de seus interesses egotistas (quando todas as evidências apontam que na raiz da ação dos humanos - e até dos mamíferos em geral - está mais uma *emotional motivation* do que uma *rational choice*); o segundo é que sem líderes destacados não se pode mobilizar e organizar a ação coletiva (o que vem sendo refutado

fartamente pelos fatos: sobretudo pelos aglomeramentos, enxameamentos e amassamentos que vêm ocorrendo com cada vez mais frequência em sociedades altamente conectadas); e o terceiro é que nada pode funcionar sem um mínimo de hierarquia (idem, do contrário não estaríamos assistindo a profusão de redes mais distribuídas do que centralizadas).

Além disso, os analistas políticos, de maneira geral, baseiam suas análises no suposto de que o conteúdo (do que flui) é relevante para explicar a "realidade" (o que acontece), confundindo informação (mensagem transmitida-recebida) com comunicação (acoplamento estrutural), longe de perceber que o comportamento coletivo é função da fenomenologia da interação (estando os fenômenos interativos, por sua vez, na dependência não de conteúdos e sim do padrão de organização: basicamente, dos graus de distribuição e conectividade da rede social).

Quando é que tudo muda nas análises da democracia? Quando descobrimos que movimentos de desconstituição de autocracia são acompanhados por movimentos de desconstituição de hierarquia. A democracia pode se democratizar (ou se radicalizar, a ponto de ser considerada uma pluriarquia) em redes com alto grau de distribuição (e, conseqüentemente, com altos graus de conectividade e interatividade). Dizendo de modo mais preciso: os processos de democratização tenderão a ter continuidade na medida em que as sociedades onde ocorrem forem adquirindo uma topologia mais distribuída do que centralizada.

Porque a democracia é uma espécie de "metabolismo" da rede social, cujo "corpo", a estrutura, o *hardware*, é dado pelo padrão de organização. Mas esse "metabolismo", essa dinâmica do modo de regulação, não é uma imanência, não emerge automaticamente da estrutura, em função do seu padrão de organização. Democratização (do modo de regulação) e distribuição (da rede) acontecem ao mesmo tempo, ou melhor, são fenômenos acompanhantes, sinergicamente acompanhados um do outro, mas não causados um pelo outro.

O padrão de organização condiciona possibilidades. Quanto mais centralizada for a topologia da rede, menos chance terá o processo de democratização de prosseguir. Mas mesmo em padrões mais distribuídos do que centralizados, ainda assim é necessário que haja ação política para instaurar modos de regulação crescentemente democráticos. Ações políticas democratizantes, entretanto - eis o ponto - ou serão acompanhadas por mudanças estruturais que tornem a rede mais distribuída ou terão menos chances de prosseguir (e de perdurar). Ora, tornar a rede mais distribuída significa, exatamente, desconstituir hierarquia. Assim como a democracia pode ser tomada, no sentido "forte" do conceito, como movimento de desconstituição de autocracia, as redes distribuídas podem ser tomadas como movimentos de desconstituição de hierarquia, sendo que esses processos estão ligados, não por causalidade direta nem automática e sim por condicionamentos recíprocos.

Pode-se dizer que tanto a expansão da liberdade quanto a incidência da cooperação (que ocorre na medida em que a rede se torna mais distribuída) são atributos do modo como os seres humanos se organizam

(e nada mais). Mas não há uma fórmula organizativa capaz de produzir automaticamente liberdade sem política. É o processo político de desconstituir autocracia que amplia os graus de liberdade. E é o processo de *netweaving*, de desconstituir hierarquia, que amplia a cooperação.

O QUE É SOCIAL?

Social não é a coleção das pessoas e sim as configurações móveis realizadas quando elas se relacionam ou interagem. Portanto, o conceito de social usado aqui é sinônimo de rede social: pessoas interagindo.

Ninguém pode entender o social, no sentido acima, se não entender o que é rede social. E ninguém pode entender o que é rede se não entender a diferença entre descentralização e distribuição. O melhor caminho para entender tal diferença é ler o velho artigo *On distributed communications*, de Paul Baran (Santa Mônica: Rand Corporation, 1964) (1). No mencionado *paper* sugere-se espiar diretamente a figura abaixo:

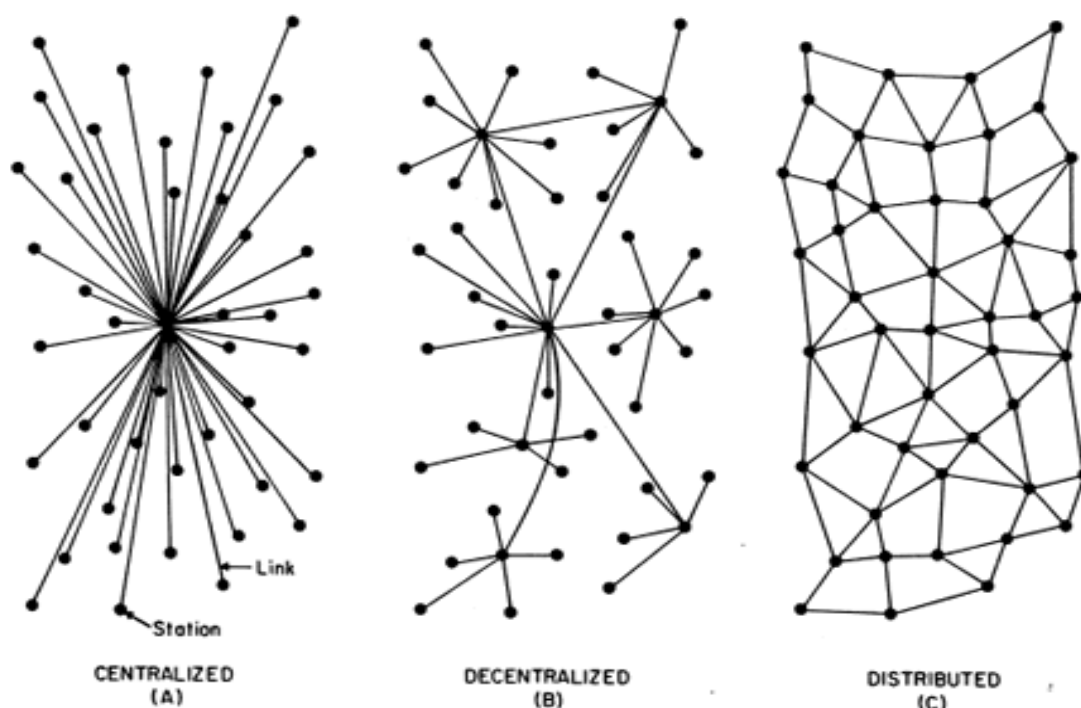


FIG. 1 – Centralized, Decentralized and Distributed Networks

Entre a monocentralização (o grau máximo de centralização, que no diagrama de Baran aparece como rede centralizada) e a distribuição

máxima (todos os caminhos possíveis, correspondendo ao número máximo de conexões para um dado número de nodos - que não aparece no terceiro grafo do diagrama de Paul Baran, por razões de clareza de visualização), existem muitos graus de distribuição. É entre esses dois limites que se realiza a maioria das redes realmente existentes.

Os diagramas de Baran são autoexplicativos. Mas as consequências que podemos deles tirar não são. O primeiro corolário relevante é que a conectividade acompanha a distribuição. Inversamente, quanto mais centralizada for uma rede, menos conectividade ela possui. O segundo corolário relevante é que a interatividade acompanha a conectividade e a distributividade. Inversamente, quanto mais centralizada é uma rede, menos interatividade ela possui.

Pois bem. Ainda que o modo de regulação não seja uma consequência automática do padrão de organização e sim fruto de invenção política, pode-se afirmar que a democracia expressa um metabolismo de redes mais distribuídas do que centralizadas. Na Atenas do século 5 tal aconteceu: configurou-se uma rede de conversações na praça do mercado com significativo grau de distribuição: sem isso a democracia não poderia ter sido inventada e não teria perdurado por dois séculos (entre 509 e 322 a. E. C., conquanto que só por isso ela não surgiria, já que foi uma invenção mesmo, uma "obra de arte" como observou Humberto Maturana em 1993) (2).

No entanto, após a experiência fundante dos atenienses tivemos um interregno autocrático de praticamente dois milênios. Quando a

democracia começa a ser reinventada pelos modernos, a partir de meados do século 17, o ambiente social estava configurado de forma muito diferente. A Europa vinha de séculos de guerra contínua ou intermitente e os fluxos da convivência social tinham sido obstruídos, capturados, deformados e verticalizados a tal ponto que os graus de distribuição da rede social eram baixíssimos em quase todo lugar. O movimento de desconstituição de autocracia que pode florescer teve que se conformar às estruturas fortemente centralizadas de então, sobretudo à estrutura que já era, há milênios, o principal tronco de programas verticalizadores: o Estado. A nova forma do Estado-nação, que surgiu na Europa como fruto da paz de Westfália (1648-1659), não pode escapar dessa contingência genética: era um Estado, mais uma forma de Estado que sucedia às formas pretéritas homólogas do ponto de vista do padrão de organização e dos modos de regulação (o Estado-Palácio-Templo mesopotâmico, proto-Estados e Estados erigidos por hordas de predadores e senhores e por impérios do chamado despotismo oriental, as cidades-Estado monárquicas da antiguidade, os Estados feudais antigos e modernos, os Estados reais e principescos).

Mais do que isso, porém: toda a realidade política era o Estado, a tal ponto que política era praticamente sinônimo de Estado e quando Spinoza quis falar propriamente da política, no final do seu célebre Tratado Teológico-Político (1670), ou seja quando quis afirmar que o fim (ou o sentido) da política não é a ordem, mas a liberdade (ao contrário do que pensava Hobbes), teve que falar de Estado para se fazer entender (só com

o tempo surgiria uma *politics* relativamente independente da *policy* na percepção dos atores políticos) (3).

Não havia algo como uma *koinonia* política (como na Atenas do século 5), composta por pessoas livres (ainda que só algumas pessoas o fossem) e livres o suficiente para estabelecer relacionamentos horizontais e conversar num espaço público quando lhes desse na telha (e... para fazer *politics*). A política não era o metabolismo de uma comunidade e sim apenas o catabolismo e a exsudação de uma estrutura que extraía sua energia das pessoas nela inseridas como peças de uma máquina e em seguida as descartava.

A máquina que funcionava para a guerra foi (parcialmente) domesticada, por certo, quando se tentou regular seu funcionamento para proteger os "de dentro" (os arrebanhados no Estado-nação) dos seus próprios chefes (a realeza e a nobreza e, depois, os príncipes plebeus: presidentes e primeiros-ministros). A essa proteção se chamou direitos (dos "de dentro"), preservando-se entretanto a sua capacidade letal (para a guerra contra os "de fora": os outros Estados-nações).

Parece óbvio que num ambiente assim configurado a democracia não poderia fazer muito mais do que fez. E ela fez muito, se considerarmos que, nos séculos 18, 19 e 20, aumentou consideravelmente o número de países que adotaram a democracia reinventada pelos modernos. Um de seus principais feitos, além do chamado Estado democrático de direito, foi desativar as guerras, ao menos entre os países que a adotaram. Ora, desativar guerras é desconstituir autocracia, ou seja, é fazer democracia

no sentido forte do conceito, ainda que - na ausência de guerras "quentes" ou "frias" - modos de regulação autocráticos (e compatíveis padrões de organização hierárquicos) tenham remanescido na política praticada como "arte da guerra" (a política como continuação da guerra por outros meios, na *formule-inverse* de Clausewitz-Lenin) entre os "de dentro".

Aqui então chegamos ao ponto. Em virtude dos condicionamentos presentes em sua origem, a democracia reinventada pelos modernos baseou-se em instituições com estrutura mais centralizada do que distribuída. O Estado, mesmo a nova *forma* Estado-nação mitigada por todos as normas e procedimentos que a habilitam a ser reconhecida como Estado democrático de direito, continuou sendo uma pirâmide, um tipo de estrutura que não se pode regular a não ser com o auxílio de modelos de gestão baseados em comando-e-controle. Mas como o novo modo de regulação (a democracia) deveria se exercer na "comunidade política" válida na época (o Estado-nação), ela virou um modo de administração política dessa nova forma de Estado emergente (em grande parte, remanescente e persistente).

Poder-se-ia retrucar que com os gregos deu-se a mesma coisa. Após a primeira invenção da democracia, a cidade-Estado de Atenas continuou sendo um Estado e se comportando autocraticamente em relação aos outros Estados ao travar guerras contra eles, mas a diferença está no fato de que - como percebeu Hannah Arendt (c. 1950) (4) - os gregos sabiam que se comportavam de forma apolítica (ou não-democrática) quando guerreavam e, talvez por saberem disso, estabeleciam uma separação

mais ou menos clara entre - para evocar dois conceitos de Platão em *As Leis* - o governo para dentro (a "arte do tecelão") e a conquista de hegemonia para fora (a "ciência do estrategista"). A comunidade política ateniense (uma comunidade concreta) podia zelar por tal distinção de modo mais efetivo do que as instituições inauguradas pela democracia dos modernos.

O governo na democracia dos modernos adotou, em relação aos próprios cidadãos, uma postura autocrática, quer dizer, não se armou apenas para se proteger dos "de fora", mas também contra os "de dentro" (não raro em nome da ordem e da paz social). Porque não havia e não podia haver, na grande "comunidade política" do século 17, uma regulação efetiva do poder para dentro capaz de alterar a forma vertical como ele se exercia. A grande comunidade política dos modernos era uma comunidade abstrata, um arrebanhamento - não raro artificial, quer dizer, demarcado *manu militari* e não socialmente configurado - de diversas comunidades concretas, *clusters* sem muitos atalhos entre si e, portanto, com baixos graus de interatividade. A relação política do Estado com a nação passou a ser feita com os (ou através dos) indivíduos (eleitores) e essa atomização do ator político social retirou parte da sua capacidade de interferir a qualquer tempo na vida do ator político institucional (que, por sua vez, exacerbou o seu papel de "estrategista" em detrimento do seu papel de "tecelão").

Há diferenças, portanto. A democracia inventada pela primeira vez pelos atenienses surgiu, de certo modo, contra a privatização dos assuntos comuns pelo autocrata; isto é, surgiu contra o Estado (a cidade-Estado

monárquica de então); embora fosse obrigada a conviver com ele, alterou radicalmente a estrutura e o funcionamento de suas instituições (a partir das reformas de Clístenes e Efialtes). A democracia reinventada pelos modernos surgiu para mitigar o poder do Estado para dentro (protegendo os cidadãos do seu Leviatã: o Estado-nação) mas não questionou fundamentalmente a estrutura e a dinâmica das instituições que exerciam esse poder. Eis o ponto!

Em consequência, as instituições da democracia dos modernos foram estruturadas hierarquicamente e continuaram apresentando padrões de organização bem semelhantes às instituições pré-democráticas (e não-democráticas). Para citar os exemplos mais óbvios: os tribunais continuaram muito parecidos com o que eram antes (e prosseguiram sendo chamados de "cortes" até hoje), os exércitos sobreviveram intocáveis e os órgãos executivos de governo também (escapando da reprodução quase que apenas os parlamentos).

Novas experiências de democracia deverão se exercer em ambientes mais distribuídos do que centralizados. Acompanhando a transição da sociedade hierárquica para a sociedade em rede, as instituições de uma nova política também deverão ser cada vez mais em rede. Ou seja, mais democratização do modo de regulação (o que se chama hodiernamente de radicalização ou democratização da democracia) deve significar mais distribuição do padrão de organização. Não porque o modo de regulação seja função (ou dependa) do padrão de organização (no sentido de ser por este último determinado), mas porque modos de regulação não compatíveis com padrões de organização não podem perdurar. É como

uma relação entre *software* e *hardware*: programas de rede não podem rodar bem em hierarquias: mais cedo do que mais tarde a máquina acaba travando.

Não se pode saber como serão as instituições de uma terceira invenção da democracia. Como serão múltiplas as experimentações na transição - muitos modelos emergentes de democracia - surgirão também miríades de instituições diferentes. Transição não é substituição. Não há um formato novo para colocar no lugar do velho. Não se trata de substituição de um modelo de gestão por outro, de um modo político de administração do Estado ou de regime político por outro. Trata-se de um processo de... democratização!

O que se pode afirmar é que a democratização dos modos de regulação será acompanhada da distribuição dos padrões de organização (de qualquer estrutura ou instituição, seja ela qual for). E que, portanto, a organização das instituições da terceira democracia espelhará mais um padrão de rede (estruturas mais distribuídas do que centralizadas) do que de hierarquia (estruturas mais centralizadas do que distribuídas).

É meio inútil - e até certo ponto prejudicial, na medida em que a previsão de caminhos reduz a imaginação de caminhos - encontrar exemplos viáveis ou factíveis de instituições mais distribuídas do que centralizadas acordes a modos de regulação mais democratizados. Mas bastaria examinar algumas tendências emergentes nas diversas propostas que têm surgido de democracia digital por meio de mídias sociais (transitivas e em

tempo real) que se deslocam de dinâmicas adesivas e participativas para dinâmicas mais interativas.

DEMOCRACIA DO PONTO DE VISTA DA INTERAÇÃO SOCIAL

Interação pode ser vista como um gradiente: adesão-participação-interação. Na verdade, tudo é interação, mas quando predominam a adesão ou a participação a livre-interação diminui. Tanto a adesão quanto a participação impõem restrições à interação (obstruindo, condicionando, direcionando ou capturando fluxos). Redes sociais acontecem quando as pessoas interagem, mas quanto mais distribuídas forem as redes mais livre-interação haverá (5).

Autocracias apresentam pouca interatividade em razão dos altos graus de centralização de suas instituições (e procedimentos, entendidos como metabolismos acordes à estrutura ou ao corpo dessas instituições). Democracias são sempre mais interativas pela razão inversa (suas instituições e procedimentos são mais distribuídos). Mas mesmo nas democracias a interatividade varia. A democracia dos atenienses era mais participativa do que a dos modernos. O sistema representativo funciona por adesão, não raro compulsória (por exemplo, quando o voto passa de direito à dever).

Não houve nada como uma evolução na passagem da democracia dos antigos para a democracia dos modernos. Aliás, não houve nem uma passagem. A democracia foi simplesmente reinventada em outro mundo. Reapareceu, sob outra forma, dois milênios depois.

Sim, foram mundos diferentes (em termos sociais). A experiência da democracia grega, ensaiada entre 509 e 322 a. E. C., foi um mundo que se abriu e fechou e só a análise posterior pode encontrar um liame entre

aquela experiência e a da sua reinvenção pelos modernos, dois mil anos depois. Não houve continuidade, não houve qualquer evolução; pelo contrário, o que tivemos depois do ensaio fundante da democracia foi retrocesso. Por dois mil anos foi – para todos os efeitos – como se aquele mundo que atingiu seu apogeu no chamado “século de Péricles” não tivesse existido. No entanto... após milênios, eis que surge um modo de regulação de conflitos baseado no mesmo fundamento básico: a liberdade de opinião. Só podemos chamar as duas invenções com o mesmo nome (democracia) porque foram ambas movimentos de desconstituição de autocracia (não importa se representada pelo filho restante de Psístrato ou por Carlos I).

Da mesma forma, não haverá propriamente uma passagem (que expresse continuidade) entre a segunda democracia e a terceira. A terceira invenção da democracia não será um aperfeiçoamento da democracia dos modernos. Antes de qualquer coisa porque ela só existirá se for inventada (não há qualquer imanência histórica nos levando à ela). Mas se não quisermos viver um longo interregno autocrático (que se imporá com a falência da segunda democracia) é melhor reinventá-la dentro do ambiente de relativa liberdade por ela oferecido. Em democracias em processo de autocratização, protoditaduras e ditaduras, será muito mais difícil reunir as condições favoráveis à uma nova reinvenção da democracia (inclusive porque a experimentação de novas formas de democracia será proibida ou restringida nesses regimes).

O ambiente social da sociedade-em-rede é favorável à uma nova invenção da democracia. Mas isso não significa que ela ocorrerá de qualquer modo,

por força dos graus maiores de distribuição das redes que estão se configurando. Significa apenas que ela pode ocorrer: se for experimentada!

Novas experiências de democracia, nas circunstâncias de uma sociedade em rede, poderão ser mais interativas do que as experiências anteriores. Por isso se diz que a dinâmica de uma terceira invenção da democracia será mais interativa do que participativa ou adesiva.

Quanto mais livre for a interação, mais fortuita ela será e menos baseada em coletivos conformados antes da interação ela será (ou seja, com base na exigência de pertencimento a um *cluster* configurado por razões extrapolíticas, que tenha poderes regulatórios aumentativos em relação aos demais; por exemplo, com direitos exclusivos ou mais direitos de decidir do que os que não pertencem ao coletivo). Portanto, uma democracia interativa não poderá ser assembleísta. De uma democracia interativa não poderão participar apenas os que se tornarem partícipes de uma estrutura já erigida e que aceitem se submeter a um modo de funcionamento pré-estabelecido (ou estabelecido antes da interação).

A terceira invenção da democracia não pode ser uma volta ao caráter participativo da primeira invenção da democracia. Não podemos - e não devemos, se não quisermos retrogradar em termos de interatividade - reeditar as instituições da velha Grécia do século 5, simulando a *Ecclesia* (assembleia) ateniense, muito menos a *Boulé* (uma espécie de conselho que pautava a assembleia) ou o sistema de *Prutaneis* (comissões de administradores ou executivos de governo). Várias propostas de

democracia que têm surgido nos últimos vinte anos tentam fazer isso ao mostrar que podemos voltar a uma democracia tão direta quanto a dos gregos com o auxílio das ferramentas digitais que, agora afinal, viabilizariam a participação geral (antes impedida pela falta de instrumentos eficazes para reunir grandes contingentes de pessoas - o que é, note-se, uma falsa razão). A questão não é o número de pessoas a reunir: a questão é que não precisamos re-unir o que já está conectado: como escreveu Frank Herbert (1969) em *O Messias de Duna*, "não reunir é a derradeira ordenação" (6). Pois não se trata de voltar ao participacionismo (ou nele estacionar, como se fosse a maior maravilha do mundo) e sim de caminhar para o interativismo.

As experiências ocorridas na segunda metade do século 20, consideradas de radicalização ou democratização da democracia, foram mais participativas do que interativas. Foram - quase todas - experiências assembleístas, baseadas em estruturas e procedimentos mais descentralizados do que distribuídos (e, portanto, hierárquicas). Alguém (os *bouleutas* modernos) fazia previamente (quer dizer, antes da interação) a pauta das assembleias. Alguém (os oradores conhecidos como "os políticos", os *hoi politeuomenoi* modernos) monopolizava a palavra nas reuniões. Formavam-se, em todas elas, oligarquias participativas compostas pelos profissionais de reunião, muitas vezes por "pescadores de aquário" ("*fishers in the barrel*"): militantes cuja função era recrutar nas assembleias populares novos membros para suas organizações hierárquicas. Os procedimentos adotados nesses ensaios de

democracia participativa geravam artificialmente escassez - e, com isso, verticalizavam o campo social limitando o processo de democratização.

NOTAS E REFERÊNCIAS

(1) BARAN, Paul (1964). *“On distributed communications: I. Introduction to distributed communications networks”* (Memorandum RM-3420-PR August 1964). Santa Monica: The Rand Corporation, 1964. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/on-distributed-communications-i-baran>

(2) MATURANA, Humberto & VERDEN-ZÖLLER, Gerda (1993). *Amor y Juego: fundamentos olvidados de lo humano – desde el Patriarcado a la Democracia*. Santiago: Editorial Instituto de Terapia Cognitiva, 1997. Cf. também MATURANA, Humberto (1993). *La democracia es una obra de arte*. Bogotá: Cooperativa Editorial Magistério, 1993. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/a-democracia-uma-obra-de-arte>

(3) SPINOZA (1670). *Tratado Teológico-Político*.

(4) ARENDT, Hannah (1959). “A questão da guerra” in *O que é política?* (Fragmentos das “Obras Póstumas” (1992), compilados por Ursula Ludz). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/o-que-politica>

(5) Cf. FRANCO, Augusto (2011). *É o social, estúpido: três confusões que dificultam o entendimento das redes sociais*. Disponível em:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/o-social-estpido>

(6) HERBERT, Frank (1976). *Os filhos de Duna*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

INDICAÇÕES DE LEITURA

1 - Para entender a diferença entre interação e participação, duas indicações:

1.1 - O texto de Augusto de Franco (2010): Redes são ambientes de interação, não de participação, disponível no link abaixo:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/redes-so-ambientes-de-interao-no-de-participao>

1.2 - O post de Augusto de Franco (2014) no Facebook, intitulado Interação é diferente de participação? Por que?, disponível no link abaixo:

<http://goo.gl/yn6MoS>

2 - É extremamente importante estudar o texto de Humberto Maturana *La Democracia es una Obra de Arte* (1993) - já indicado no MÓDULO 1 - que pode ser lido ou baixado no link abaixo:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/a-democracia-uma-obra-de-arte>

3 - É bom continuar lendo os textos de Hannah Arendt (c. 1950), compilados por Ursula Ludz como fragmentos das “Obras Póstumas” (1992): O que é política? Esses textos - também já indicados no MÓDULO 1 - podem ser lidos online (ou também baixados) no link abaixo:

<http://pt.slideshare.net/augustodefranco/o-que-politica>